

A black and white photograph of a tropical plantation. In the foreground, a large, conical pile of coconuts sits on the ground. Several people are visible around the pile, some appearing to be working with the coconuts. The background is filled with tall palm trees, their fronds creating a dense canopy. The overall scene suggests a labor-intensive agricultural setting, likely related to the historical context of slavery mentioned in the text.

*Sociedades escravagistas
na África Oriental e no Brasil:
entre o cativo e a liberdade*



A captura de escravos no Sudoeste Africano para o tráfico a longa distância

José Capela*

P 39-51

Como se articulou, no Sudeste Africano, o relacionamento da colonização europeia com as formações sociais de cativo ou de escravatura aí existentes; muito particularmente e até que ponto se articulou o tráfico de escravos com essa realidade é o que aqui se pretende exemplificar.

Tendo sido a partir dos portos que os portugueses tomaram conhecimento daqueles povos e suas actividades, a primeira referência fixa-se no comércio que aí se praticava e não contempla as formações escravistas prevalecentes para o interior do continente. Esse comércio nos portos incluía o dos escravos. Como já o estavam a praticar no Atlântico foi encarado como coisa a mais natural do mundo, que era, de facto. Se o tráfico estava implantado, se os portugueses ali estavam inicialmente atraídos pelas miragens da Índia, os escravos e o ouro que a costa de África lhes proporcionava não deixavam de ser oportunidade que, de caminho, se lhes oferecia. Por outro lado, tendo sido a partir deste primeiro reconhecimento nos portos que tomaram consciência de tal prática comercial naqueles mares, não ficou espaço para grandes curiosidades sobre as situações de cativo ou de escravatura pré-existentes nas sociedades das quais se obtinham os fornecimentos. Aliás, as referências a esses cativos estão sempre subordinadas à justificação moral ou meramente factual da operação mercantil que lhe sucede.

Tão cedo como em 1507 estavam os portugueses a organizar o dispositivo militar para o controlo do canal de Moçambique. Em Janeiro desse ano o escrivão da feitoria de Quíloa passava um conhecimento de 27 peças de escravos marinheiros que o feitor daquele porto mandava ao capitão-mor da frota estacionada em Sofala. Escravos marinheiros tirocinados nas lides da navegação pelos arábios que talavam aqueles mares. Parte de um apresamento feito por Bartolomeu Afonso. No mesmo ano e com a mesma origem Afonso de Albuquerque foi fornecido com 20 escravos¹. Que a primeira organização militar portuguesa naquela costa tenha assentado nos escravos confirma-o o facto de Manuel Fernandes, capitão de Sofala, dispor de 10 escravos pagos como homens de armas. Muitas vezes

* CEAUP

1 *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840)* National Archives of Rhodesia and Nyasaland e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, II, 1963, p. 100

esses escravos fugiam-lhe mas o capitão levantava sempre os soldos e mantimentos «em cheio» e o mesmo fazia o escrivão com dois meninos negros seus escravos. Mais tarde, o regimento da fortaleza previa o resgate de escravos para o bom serviço da casa². Escravos militares, também escravos para o serviço doméstico.

Uma primeira referência ao tráfico sistemático de escravos é a de terem sido vendidos em Sofala mais de 600 entre Maio de 1510 e Setembro de 1512³. O movimento de escravos no porto não se limitava à escravatura doméstica nem ao recrutamento militar. Era um tráfico organizado, consistente. Vinha de muito antes. Como foi confirmado pelo intenso comércio ao longo da costa que os portugueses lá foram encontrar. Negócio de arábios que por lá andavam e que jamais o abandonaram, prolongando-o até aos primeiros anos do século XX.

Se assim foi, de início, na costa, a progressão dos portugueses para o interior estava consolidada meio século depois. Porventura mais no enalço do ouro, de qualquer maneira também dos escravos. Quando Francisco Barreto foi de Sena para o Monomotapa com a expedição que ia vingar a morte de Gonçalo da Silveira (1560) levava mais de 2000 escravos carregadores⁴. Por sua vez, Gonçalo da Silveira aí havia baptizado cerca de 500 escravos de portugueses⁵. O padre Monclaro, que acompanhou a expedição de Barreto (1570), conta que no rio Quizungo, percurso de Moçambique para Quelimane, lhes foram oferecidos escravos: «Há entre eles que furtam moços e trazem enganados em almadias e os vêm vender aos nossos e se algumas vezes lhos não compram quando os trazem desta maneira dizem que os matam para que os não descubram»⁶. Estamos em meados do século XVI.

Escravos dos portugueses eram não somente os que lhes vinham parar às mãos como também e sobretudo aqueles que passaram a comprar. Os portugueses instalados em Tete, no alto Zambeze, não querendo eles próprios ir às feiras mandavam os seus escravos porque «há mercadores destes que têm cento e duzentos cafres seus cativos». Estes últimos, escravos da casa dos senhores de terras, eram os *achicunda*, de entre eles os que iam às feiras, os *muçambazes*. Em princípio, não eram escravos para exportação. Estas linhagens escravistas - as *butacas* - dentro das terras emprazadas dos europeus formaram-se sobretudo com escravos de *corpo vendido* (referido a seguir). Fugitivos de sentenças ou outros que se iam acoitar junto dos novos senhores no terreno. O padre Manuel Barreto defendia que «aquela conquista faz-se e deve-se fazer com a gente da mesma conquista prática nas terras, acostuada às marchas daqueles matos e ao clima. As três capitánias, Quelimane, Sena e Tete, folgadoamente dariam 1200 cafres escolhidos com 300 espingardas de Mocoques (os originário de Goa) e de Muanamuzungos (literalmente ‘filhos dos senhores’) afora outras de escravos cativos»⁷. Escravos armados eram, ainda uma vez, os *achicunda* dos senhores de prazos. Os jesuítas no terreno testemunhavam: «além de outras mercancias, trazem os portugueses muita cafra, que lhe vendem de presas que tomam na guerra, e as compram só afim de as tirarem da mão daqueles brutos carniceiros⁸ [...]».

2 *Idem*, V, p. 412

3 Lopes, 1944a

4 *Documentos*, cit., VIII, p. 398, Padre Francisco Monclaro, *Relação da Expedição ao Monomotapa comandada por Francisco Barreto*

5 *Documentos*, cit., VIII (1561-1588), Lisboa, 1975, p. 214

6 *Documentos*, cit., VIII, p. 362

7 Barreto, 1964 a:445

8 Gomes, 1648:II, 35

Se tomarmos a obra consagrada de Frei João dos Santos como a mais fidedigna relativamente à aproximação dos europeus às sociedades bantas de que curamos, constatamos ter-se ele dado conta do fenómeno da escravatura, sim, também no seu caso integrado já no comércio a longa distância. A primeira referência, aliás, não é relativa ao continente africano propriamente dito mas a Madagascar. Sobre que teria informação próxima através dos padres Dominicanos que de Moçambique lá haviam ido a missionar. Os habitantes «são governados por mais de quarenta reis que há na ilha. Os quais ordinariamente andam em guerra uns com os outros, e nelas se cativam muitos escravos, que se vendem comumente aos mercadores que têm comércio nesta ilha». Os comerciantes que lá estavam tinham ido da costa de Melinde e do Estreito de Meca. As mercadorias que exportavam eram âmbar e «muitos escravos» a serem vendidos no Mar Roxo a mouros e turcos. Frei João lastimava que os portugueses de Moçambique não fizessem esse negócio pois estavam mais perto e porque os escravos seriam feitos cristãos uma vez que facilmente «aceitam a lei que lhes ensinam seus senhores»⁹. Nada mais que o tráfico a longa distância, estabelecido e regularizado. A sede da Capitania em Moçambique, lá estava centralizado todo o comércio marítimo feito ao longo da costa. De lá partiam anualmente embarcações para a Ilha da Inhaca, a sul, para Sofala, Rios de Cuama, Ilhas de Angoche, São Lourenço, Ilhas de Cabo Delgado. Os escravos, comprados com as roupas e contas miúdas de barro vidrado da Índia (a missanga), eram as mercadorias mais em evidência e o seu destino final a mesma Índia, porventura o Mar Roxo. Frei João dos Santos, no comentário final a este tipo de negócio, refere a origem da mercadoria: «estes escravos de todas estas terras que tenho apontado, todos, ou a maior parte deles nasceram forros, mas estes cafres são tão grandes ladrões que furtam os pequenos, e trazem enganados os grandes até às praias, onde os vendem aos portugueses, ou aos mouros, ou a outros cafres mercadores que tratam nisso, dizendo que são seus cativos. A outros escravos destes vendem seus pais, em tempo de necessidade ou de fome. Outros cativavam os reis por alguns crimes que cometem, e os mandam vender. Outros são os que se cativam em guerra, na qual ordinariamente os cafres andam uns com os outros, e os vencedores vendem os cativos que tomam nela»¹⁰. O caso de dois macuas que foram vender uma negra aos portugueses, «a qual devia ser furtada, como eles costumam fazer». Pediram por ela dez panos, 1500 réis. Ofereceram cinco e não a venderam. Por onde se conclui como os sistemas de cativo ou de escravatura nas sociedades do interior já estavam condicionadas pelo mercado dos portos. Frei João conta o caso de um português de Sofala que fora com seus escravos e mercadorias para o interior, até ao Quiteve, ao Zimbavue e a Manica onde se minerava o ouro. Neste caso, os *achicunda-muçambazes* aplicados ao comércio no interior, prática que prevaleceria até tarde, no século XIX. De onde se pode concluir como, no século XVI, se desenvolvia um tráfico regular de escravos apoiado em formações sociais escravocratas pré-existentes.

Corpo vendido

Lado a lado com a escravatura para exportação outra se praticava que era adscrita às terras assenhoreadas por portugueses, no século XVII emprazadas ou de sesmaria. Este tipo

⁹ Santos, 1999, a:267

¹⁰ Santos, 1999, b: 300

de escravatura terá sido, também ele, herança dos tempos pré-coloniais e tinha como fonte principal o fenómeno do *corpo vendido*. Sem definir a periferia a que se refere mas nela incluída inquestionavelmente o Vale do Zambeze, Gamito (século XIX) deixa-nos o retrato minucioso de uma escravocracia que muita outra documentação confirma:

A condição de escravo, ali, é mais feliz do que a dos negros livres do sertão, e mesmo dos colonos; e tanto assim é, que não há escravatura alguma onde não haja muitos escravos que voluntariamente se venderam, sem mesmo serem eles que se aproveitaram do preço da venda, mas sim o parente. Há também outros que se fazem escravos voluntariamente, quebrando mitete (ritual que firmava o contrato). O negro vende o corpo da forma seguinte. Tendo feito eleição de um senhor a quem quer servir, pela notícia que tem de que trata bem os escravos, se lhe apresenta, e lhe diz que quer vender o corpo, e ser seu escravo. Então o senhor, informando-se de quem é o seu dampse, isto é, a pessoa que pelo direito cafreal tem domínio sobre ele, como pai, irmão, ou tio a quem pertencesse a herança (porque todos os bens dos cafres, a que chamam banja, pertencem a um só: até os irmãos, sobrinhos, etc. pertencem ao herdeiro, com direito de vendê-los) e manda-lhe dizer que F... está em sua casa para vender o corpo. Comparece logo e ouve da boca do negro, e em presença do amo, o que se lhe mandou dizer; à vista do que anui e recebe o pagamento [...]. Os negros assim adquiridos não podem ser vendidos para fora ou exportados; porém o abuso da força tem infringido a lei.¹¹

A forma mais simples da «venda do corpo» era a entrega contra a garantia de alimento. O mesmo autor considera ser esta a base da grande riqueza de que desfrutava o vale do Zambeze até 1819, data a partir da qual se desenvolveu exponencialmente, no porto de Quelimane, o tráfico de escravos para o Brasil. O lucro proporcionado por este tráfico levou os senhores ao abandono das terras, da mineração do ouro e do comércio, vendendo indiscriminadamente todas as escravaturas, por fim os mesmos colonos livres.

A captura de escravos a partir dos Prazos da Coroa

Os novos senhores das terras, além das populações naturais, feitas adscriptícias e denominadas «colonos», passaram a dispor de escravos instalados nas mesmas terras, braço armado além de executor do seu comércio no interior. Nomeadamente o comércio de escravos. De alguma maneira, sistematizaram e desenvolveram um comércio pré-existente cuja exploração terão passado a dominar a partir de meados do século XVIII com a abordagem sistemática dos portos pelos negreiros franceses, primeiro, aí atraídos, pelas suas colónias no Índico, e pelos negreiros portugueses do Brasil, depois.

As relações multifórmicas entre estas formações sociais dentro dos Prazos da Coroa dariam lugar àquilo que hoje nos é apresentado através de uma grande confusão semântica. Desde logo a designação de «escravo» atribuída ao captor e ao capturado. Na documentação portuguesa «escravo» aplica-se tanto ao *muçambaz* como àquele que este compra, por conta do senhor, para exportação. Os escravos residentes nas terras emprazadas geralmente designados *achicunda* tinham a garantia de não serem vendidos para exportação, se não mais pela simples razão de, no dia em que o senhor vendesse um deles, os

¹¹ Gamitto, 1859:369

demais abandonariam o prazo. Quando o tráfico atingiu o paroxismo, tal garantia deixou de ser respeitada. Gerou-se um conflito entre o governador-geral e o governador de Sena do qual ficou correspondência elucidativa. Explicando ao governador-geral a razão pela qual os senhores de prazos não poderiam estar envolvidos no fornecimento do tráfico (referia-se ao fornecimento com gente das suas terras), o governador de Sena¹² afirmava, em 1825, que o prazo nada valeria sem a escravatura *porque sendo a maior parte dos prazos habitados por cafres bárbaros e rebeldes limitrofes com as terras dos Régulos inimigos não se conservariam na sua devida obediência aos prazeiros, se não fossem suas escravaturas estarem repartidas nos distritos dos mesmos Prazos além da que ficava de reserva na povoação do mesmo foreiro (vulgo Luane) para seu serviço de culturas. Há outros prazos que sendo situados muito longe das vilas, sua população era mais composta de cativos do que de colonos forros; por exemplo Cheringoma que sendo um prazo assaz dilatado limitrofe com as terras da nação Quiteve, seus colonos são príncipes daquela nação e escravos deles; e se não fosse a numerosa escravatura do sesmारेiro que faz a maior parte da população daquele prazo já há diuturnos tempos estariam da posse dele [...]».* Isto é, os *achicunda* do senhor do prazo é que garantiam a posse da terra face aos colonos instalados na mesma que eram príncipes do Quiteve com seus escravos.

A minuciosidade da classificação social nestas sociedades de escravocracia multiforme vai ao ponto de, nos anos vinte, em Quelimane, a escrituração contabilística dispensar a designação do valor monetário substituído pelo número de «escravos» ou pelo de «caporros», conforme se tratava, respectivamente, de *achicunda* ou de mercadoria acabada de adquirir para exportação¹³.

Como se processava a aquisição, nas feiras do interior, do escravo para exportação - o «caporro» - está minuciosamente descrito por Gamitto. Começando pela escravização nos povos *Marave* (a norte do Zambeze e a oeste do Lago Niassa): *Todo o filho de escrava é escravo do senhor da mãe, seja o pai quem for; mas todo o filho de mulher livre nasce livre, muito embora o pai seja escravo. São escravos, em direito cafreal, os feiticeiros, os ladrões, os prisioneiros de guerra, a mulher revorada (púbere), e os seus filhos, aquela do marido, estes do pai. A quarta parte da escravatura que se exportava na África tinha por origem o que por lá se conhece pelo nome de feitiço; outra quarta parte por este suposto crime era votada à morte*¹⁴.

Também pelo direito tradicional local eram escravos: o ladrão apanhado em flagrante, ou sendo provado o roubo, o feiticeiro convencido pelas provas do muave. O crime de feitiço era extensíssimo aplicando-se à causa suposta de todas e cada desgraça. *Não havendo quem procure escravos no sertão, estas cenas (a queima do feiticeiro) são mui frequentes e se o intitulado feiticeiro é chefe de família, o que quase sempre acontece, toda ela fica escrava do autor.*

Para um período que vai de 1826 a 1840, regularmente a partir do mês de Maio até Outubro, esporadicamente e sempre que houvesse exportação, um cafre livre ou escravo (*muçambaz*) com grande séquito de carregadores que chefiava, era mandado ao sertão com as fazendas para a aquisição de escravos. Cada destes comerciantes fazia de dez a vinte expedições anuais. Após dias de marcha até onde constasse haver escravos para

12 AHU, Moçambique, caixa199A, capilha 8, do governador de Sena, José Francisco Alves Barbosa, para o governador-geral, 10/10/1825

13 Arquivo Histórico de Moçambique, código 5831, fls. 34, 37, 83, 93, 95/98, 100/101, 153, 193, 199, 215

14 Gamitto, 1859b:370

compra escolhia a povoação do chefe mais poderoso onde se alojava pagando salvo conduto. A notícia da chegada do muçambaz logo corria e começava a afluência ao mercado. *Os vendedores trazem os escravos para o mercado, ou amarrados de mãos atrás das costas, ou soltos e enganados: quando vêm amarrados é porque são presos e compram-se mais baratos, porque por força os hão-de vender, ou matar.* Uma vez os vendedores garantidos pelo chefe da povoação que o muçambaz é bom pagador vai este examiná-los minuciosamente. Não havendo disformidade trata-se do ajuste. Com o primeiro sucede-se um longo maralhar que pode prolongar-se até ao dia seguinte. No caso de o escravo ter sido enganado o caso era diferente: o chefe da povoação indicava-o disfarçadamente entre a multidão ao muçambaz que o examinava à distância. Concluída a venda, o muçambaz apoderava-se dele e metia-o em gargalheira. Casos havia em que se gerava alteração entre o vendedor e o vendido sobre o direito que o primeiro tinha de vender o segundo acabando a contenda em troca de posições. Outras vezes era o caso de o chefe da povoação intervir e receber o preço de ambos que ficavam escravos. A descrição de Gamitto procede com uma infinidade de minúcias esclarecedoras das quais destacaria o facto de os agentes materiais da captura inicial, em pleno sertão, de destinados à escravatura de exportação serem africanos, neles incluídos chefes linhageiros ou outros. Se não na totalidade da operação pelo menos parcialmente prolongando formas de cativo ou de escravatura localmente pré-existentes. Tudo feito, evidentemente, por conta e risco dos traficantes nos portos, arábios e europeus.

A juzante da captura inicial

Esta acção depredadora foi em crescendo, ultrapassou o termo do tráfico transatlântico, em meados do século XIX, prevalecendo e, de alguma maneira, exacerbando-se, só vindo a acabar portas adentro do século XX.

Se, para essa operação inicial do percurso do tráfico a longa distância, recorremos a uma testemunha presencial, não nos podemos dispensar de outra testemunha igualmente presencial, esta da chegada das caravanas e do carregamento no porto de Moçambique. D. Frei Bartolomeo dos Mártires chegou a Moçambique no dia 17 de Setembro de 1820 e tomou posse da Prelazia a 26 do mesmo mês. Faria parte do governo provisório ali instaurado a 25 de Junho de 1821, logo após chegada a Moçambique a notícia da revolução liberal em Portugal¹⁵. Viajou do Rio de Janeiro para Moçambique no navio negreiro *União Feliz*, «grande e de boa nota», tendo como mestre Jacinto Alves Teixeira. Nos longos 74 dias que demorou a viagem terá procurado satisfazer a curiosidade meticulosa que inquestionavelmente o assistia nomeadamente sobre o negócio a que ali ia a armação da praça do Rio de Janeiro. Intelectual organizado irá proceder a um inquérito sistemático junto de comerciantes da praça de Moçambique, também eles envolvidos em tal tráfico, sobre cada uma das expedições negreiras entre as duas praças, no ano de 1819. Os resultados constam de um mapa relativo aos 16 navios que, nesse ano, saíram do porto de Moçambique para as praças do Rio de Janeiro, Pernambuco e Baía. A que acrescenta o número dos escravos exportados para a Índia.

¹⁵ Cunha, 1939:45

Desde logo, exhibe o ineditismo de fornecer o número dos escravos adquiridos em terra por cada navio e o número de mortos antes do embarque. Não deixando de fazer uma estimativa para os mortos antes de adquiridos, isto é durante o tempo em que, depois de chegados ao porto, idos do sertão, aguardavam comprador. Também inédita é a conta dos que não embarcaram por ficarem em terra, doentes. Finalmente os que embarcaram, os que morreram durante a viagem e os que chegaram ao destino. Se esta estatística, limitada a um porto de embarque e a um ano civil, se reveste da importância de constituir um testemunho presencial, acresce-lhe a ilustração dos comentários especialmente percutentes abonados pela autoridade pessoal do autor.

Os escravos do interior de Mossambique, principalmente macuas e mujãos, são quase sempre atacados de perigozas e mortíferas doenças, e molestias, logo que chegam das suas terras a este porto: ou isto seja por estranharem o clima, ou pela mudança de mantimentos ou finalmente por pençarem melhor na sua infeliz sorte. Todos os navios antes da sua partida deixão aqui enterrada, enganei-me, deixão aqui espalhada pelas praias fronteiras da cidade, huma boa porção das suas carregações, e outra de doentes, que deixão em terra, entregues ao cuidado de alguns amigos, dos quais bem poucos escapão à morte. Hum dos maiores flagelos, que padeçe a escravatura nesta cidade, he o pestifero sarampo, e os profluvios sanguinios que acompanhão esta mortal enfermidade. Ella tirou a vida no anno de 1821 a mais de 2000 escravos, e ainda continua no mez de Junho de 1822 em que estou escrevendo estas miserias. Estes motivos devem convencer aos especuladores deste miseravel trafego que Mossambique não he proprio para a segurança das suas especulações. Para saber se athe que ponto chega a mortandade da escravatura em Mossambique, vou copiar aqui o mapa exacto dos navios, que sahirão deste porto no anno de 1819, cujas carregações, mortos em terra, doentes que ficarão, mortos no mar, e chegados ao Brasil, são os que se vem no dito mapa, que foi feito por seis negociantes desta praça, depois da notícias, que tiverão do Brazil.

[...]

Todos os anos, nos meses de Julho, Agosto e Setembro, chegam às praias de Moçambique de dois a três mil escravos da nação Mujão, que mora para o centro de África, quase três meses de viagem distante das ditas praias. Ora este pequeno exército de homens, moços, valentes, vigorosos, e robustos, é conduzido sem trabalho, e com toda a segurança em uma viagem tão dilatada, e por meio de nações inimigas, de quem muitas vezes é preciso defender-se, por uns poucos de cafres seus compatriotas, que ainda não sabem se serão também vendidos; porque o segredo deste negócio é só confiado a poucos: acontece que de 3000, não voltam 30 para as suas terras. Ora tendo estes Mujãos todos os meios de poderem evadir-se no caminho antes de serem vendidos, ou de matar os seus poucos condutores, e ficarem logo livres, por que o não fazem? Para que consentem que 5 ou 6 homens seus crueis inimigos, levem ao cativoiro uma divisão de 500, ou 600, como um pastor leva ao pasto um rebanho de ovelhas? Para que outra divisão de mais de mil, deixa conduzir-se da mesma forma, sem jamais se lembrar de resistir, ou de fugir? Esperam eles em Moçambique alguma recompensa dos seus trabalhos? Ignoram eles o destino, e o fim, por que os arrancaram dos braços dos seus pais, de seus parentes, da sua pátria? Não por certo; mas também não ignoram, que se fugirem, voltarem outra vez às suas terras, vão ali achar a morte irremissivelmente, e se ficarem entre outras nações, igualmente têm certa a morte, ou o mesmo cativoiro. Não lhes resta portanto outro partido, senão o de sujeitar-se, e obedecer. Ora estes Mujãos não são certamente prisioneiros de guerra, porque é mesmo a sua nação, que os vem vender: nem todos eles são vítimas

de algum crime, ou real, ou suposto: e há entre eles alguns crimes, que cometidos por um só indivíduo, transcende a pena por toda a sua família, e parentes mais remotos; por isso não é raro ver-se na mesma feira ser vendido o pai, a mãe, os filhos, filhas, primos, etc¹⁶.

Navios	Comprados	Mortos em terra	%	Ficaram doentes	%	Embarcados	%	mortos em viagem	%	Chegados ao Brasil	%
União Feliz ¹	910	130	14,3	20	2,2	760	83,5	402	44,2	358	39,3
Trunfo do Rio	705	85	12,1	20	2,8	600	85,1	60	8,5	540	76,6
Flor do Rio	736	80	10,9	16	2,2	640	87,0	64	8,7	576	78,3
Paquete do Rio	472	57	12,1	15	3,2	400	84,7	80	16,9	320	67,8
Dispique	555	15	2,7	40	7,2	500	90,1	60	10,8	440	79,3
Duque de Bragança	645	115	17,8	20	3,1	510	79,1	280	43,4	230	35,6
Voadora	672	100	14,9	22	3,3	550	81,9	260	38,7	290	43,2
Adamastor ²	835	130	15,6	25	3,0	680	81,4	380	45,5	300	35,9
Flor da Bahia	770	70	9,1	20	2,6	680	88,3	80	10,4	600	77,9
Guerreiro	500	60	12,0	10	2,0	430	86,0	200	40,0	230	46,0
Victoria	735	95	12,9	10	1,4	630	85,7	80	10,9	550	74,8
Bom Jesus	750	60	8,0	20	1,1	670	89,3	180	24,0	490	65,3
Aliança	370	70	18,9	20	5,40	280	81,1	70	18,9	210	56,8
Totais³	8655	1067	12,3	258	3,0	7330	84,7	2196	25,4	5134	59,3
Esgueira ⁴	82	2	2,43			80	97,56				
Oceano ⁵	155	15	9,67		9,67	140	90,32				
Navios da Índia ⁶	350					350					

Considerando os 1200 mortos antes de comprados, poderemos ter:										
	Escravos no porto	mortos					ficaram doentes		chegados ao Brasil	
		antes de comprados	em terra	em viagem	Total	%		%		%
Total	9855	1200	1067	2196	4463	45,3	258	2,6	5134	52,1

Conforme o mapa de Frei Bartolomeu, de um total de 9855 escravos no porto de Moçambique destinados ao Brasil, abatidos os que morreram antes de ali serem comprados, os

¹⁶ Martires, 1963

que, depois de comprados morreram em terra, os que não embarcaram por doença, finalmente os que morreram em viagem, terão chegado ao Brasil 5134, isto é, 52,1% da totalidade inicial. Em um total de 9855 escravos antes do embarque ficaram pelo caminho, por morte e doença, 4721 (47,9%).

A segunda metade do Século XIX e o Século XX

Ultrapassando todas as peripécias que acompanharam e sucederam o decreto abolicionista de 1836 e o termo efectivo do tráfico transatlântico na década de 50, deparamo-nos com a continuidade se não o empolamento, a partir de então, de um intenso tráfico para o Índico. Tráfico que se desenvolveu de muitas formas e ao abrigo de designações como a de *libres engagés*. O tráfico de escravos do sudeste africano para a Índia manteve-se esporádico como sempre havia sido. Mas as ilhas do Índico, nomeadamente as colónias francesas e o Golfo Pérsico mantiveram e excitaram um tráfico com história de séculos cujo fornecimento teve a maior repercussão nas sociedades bantas, nomeadamente à volta do Lago Niassa e no vale do Zambeze.

Os grandes fornecedores desse tráfico, no século XIX, foram os Ajauas (Yao, Mujãos). Nação que se estendia em área ao longo do Rovuma, a oriente e sul do Lago Niassa. Desde havia muito fornecendo os portos de marfim, facilmente se haviam aplicado ao comércio de escravos¹⁷. Penetraram o interior para além do Lago Niassa até aos Maraves, passando o rio Aruângua até aos Muisas. Desde o começo do tráfico transatlântico sistemático na costa do sudeste africano, ainda no século XVIII, passaram a estabelecer rotas do interior até aos portos que iam de Quíloa, a norte, até Quelimane, a sul. Em finais da década de 40, no século XIX, juntamente com os Maraves e com os Muisas, estavam a alimentar um tráfico constante nesses portos fazendo viagens de 1200 milhas com caravanas de 3000 a 4000 pessoas cada uma. Pude recolher o registo de 36 caravanas entre 1856 e 1899 nas quais, prevalecendo os Ajauas, às vezes sob designações decorrentes de chefatura (como é o caso dos Matipuires), também surgem os Muísas¹⁸.

Onde, com mais evidência, se tornou avassaldora e demolidora a captura de escravos foi entre os Ajauas, simultaneamente predadores e vítimas.

O cônsul britânico em Moçambique, em referência expressa ao tráfico do interior para a costa entre os rios Rovuma e Zambeze, fornece os números apurados ou estimados pelo cruzeiro inglês e por governadores gerais, de escravos embarcados ou nos portos. Em 1858, o capitão de um navio de guerra inglês estimava em 10000 os escravos na fortaleza da Ilha do Ibo aguardando exportação¹⁹. Em 1873, o governador-geral (1874-1877) José Guedes de Carvalho e Menezes calculava 2000 o número de escravos que estavam a ser anualmente exportados na costa mas o visitante britânico Sir Bartle Frere multiplicava a estimativa por cinco. Em 1880, o governador-geral em exercício, António César Rodrigues Sarmiento, baixou a exportação anual para 2000 a 4000 O predecessor de O'Neill, captain Elton, em relatório oficial elaborado sobre estatísticas cuidadosamente obtidas, colocara a estimativa em 7000 a 8000. O capitão Foot, Senior Naval Officer, em 1881, calculou em 4000 a 5000 o número de escravos provenientes do interior para a costa,

¹⁷ Alpers, 1975: 54

¹⁸ Capela, 2002: 231

¹⁹ O'Neill, 1885

exclusivamente entre Quíloa e Cabo Delgado, muitos dos quais eram absorvidos antes da costa e os restantes transportados para Madagascar e para as Ilhas Comores. Em 1882 o superior da Scotch Free Church Mission, no Lago Niassa, estimou em 2000 a 3000 o número de escravos que estavam a ser transportados de um para outro lado do Lago. Em visitas feitas ao Ibo, nos anos de 1881-1882, o próprio O'Neill certificou-se da existência de uma rota de caravanas negreiras dos distritos do Sul do Niassa na direcção daquela parte da costa. Dos chefes Mponda, Makanjila, Mataka, atravessando os rios Lujenda e Mtarika, fazendo o percurso pela terra Many até Mwalia, capital do Medo. A partir daí o caminho repartia-se em cinco ou seis braços tendo como terminais Pungani, Lumbo, Kissanga, Pemba e Lurio. Em 1883 O'Neill cruzou-se com duas destas caravanas caminho da costa, tendo outras desviado o seu trilho para o evitarem. Junto ao lago Nangadi com uma de cerca de 400 almas das quais mais de metade seria de escravos. Deparou-se com aldeias queimadas, o sinal vulgar e inquestionável da captura. Caravanas havia com a presença do slave-dealer respectivo. Um *half-caste trader* (Mujojo?) de Quissanga disse-lhe «*thoug white ivory was scarce, black was plentiful*». Aliás os negócios de marfim e de escravos eram como a mão e a luva. Porque o negócio de marfim estava em alta, assim o dos escravos. O tráfico tinha abandonado a rota da costa de Zanzibar que se tornara insegura e estava a deslocar-se para sul. Em 1882 mais de 1000 presas de elefante foram transportadas para portos a norte do Ibo, nomeadamente para Mocímboa. No mesmo ano e a um porto próximo de Angoche chegou uma caravana de cerca de 1800 almas na qual mais de 500 eram escravos carregando de 700 a 800 dentes. Escoltados por dois chefes Ajauas, bem conhecidos comerciantes de escravos.

O autor demorou-se cerca de vinte dias na povoação do chefe Lómuè, Mwedediri, situada na extremidade nordeste dos Montes Namulli. Daí avistava o vale do rio Losi. Os habitantes das elevações e dos vales em volta raramente de lá saíam, inimigos mortais que eram daquele povo Mwedediri e não obstante serem todos da mesma nação (*raça*, no autor). A razão que lhe foi dada pelo hospedeiro era que algum do seu povo tinha sido capturado pelo do vale adjacente e portanto se vira na contingência de ter de retaliar. O'Neill achava que a verdade era exactamente o contrário.

Nenhum comerciante da costa se tinha aventurado abordar a parte sul das colinas macuas apesar de a povoação de Mwedediri ser o ponto de encontro habitual e O'Neill constatou que o seu povo estava bem abastecido de armas e de pólvora, a principal mercadoria para venda dos comerciantes de escravos. Sem coragem para penetrar as fortalezas das colinas como são as Namulli - centro da nação Lómuè - prefere rondar as cercanias encorajando e apoiando chefes de povoação exteriores para procederem à rapina dos seus habitantes. Azevedo Coutinho, meados da década de oitenta, talando a alta Zambézia, foi informado andarem pelas terras Macua-Lómuè os «Mujojos ou árabes do sultão de Zanzibar» a fazer guerra, a queimar povoações, a comprar negros para escravos»²⁰. Ele próprio capturou um pequeno grupo de «monhés» armados que levavam uns «20 macuas, homens e mulheres todos novos e válidos». Iam para Quivolane para serem negociados para Mascate ou Madagascar. Já em 1893, um missionário jesuíta (Merleau, 1896), referindo o período 1890/1895, deixou escrito que os brancos não respeitavam a legislação anti-escravista e que os negros estavam perante os seus chefes em um estado de dependência que era uma forma de escravatura. Entre eles, mulheres e sobretudo crianças eram ven-

²⁰ Coutinho, 1941: 61,163

didos e comprados como entre nós o gado; o preço variava de 15 a 20 francos, cabeça. Referia-se ao Baixo Zambeze. Um comandante militar referia autoridade tradicional da Macanga, a sudeste do Lago Niassa. Não fazendo parte da nação Ajaua, antes da nação Manganja, eram estes, os Manganjas, «ladrões, assassinos e negreiros como aqueles»²¹. Em 1892 transitavam caravanas de Mujojos entre Tete e as regiões dos Lagos²². No último ano do século havia intenso acesso de caravanas a portos à volta de Angoche onde os escravos eram trocados por pólvora ali descarregada por pangaios de Zanzibar²³. Esta frequência nos portos à volta de Angoche já se verificava no início da década. Só na Ilha do mesmo nome entre Dezembro de 1889 e Fevereiro seguinte tinham sido feitos sete ou oito carregamentos²⁴. O que se repetia, a Norte, no Ibo. Daqui também tráfico para a Reunião²⁵.

Entrado que era o século XX, o tráfico de escravos mantinha-se na costa de Moçambique. Segundo o comandante da Divisão Naval Portuguesa no Índico²⁶, em 1902, mantinha-se um tráfico consistente na costa de Moçambique que ele classificava de grande e de pequena escravatura. A grande era de europeus que lá iam fazer carregamentos exclusivos de escravos. Negreiros poderosos com agentes e mandatários em Bombaim, Zanzibar e Mascate. Em Mascate encontravam colocação para todos os escravos. A pequena escravatura era a dos navios especialmente empregados no contrabando de mercadorias. Da miríade de pangaios que navegavam o Índico e faziam o caminho de Mascate, raro seria aquele que não transportava escravos²⁷. Este relatório do comandante da Divisão Naval sintetiza o que consta de múltiplas fontes oficiais²⁸ e das quais se depreende claramente como era feita a captura dos escravos no interior longínquo como a Região dos Lagos e ao longo da costa. A mais em evidência era a dos carregadores de mercadorias das caravanas para os portos. Os mais frequentes traficantes, então, eram os Mujojos que faziam, em simultâneo, o negócio das mercadorias no interior, o seu transporte até aos portos e o fornecimento de escravos obtidos através das razias bélicas. Em 1901, nos meses de Janeiro a Maio, nas terras do comando militar do Mongicuale, verificava-se largo comércio de escravatura «levantando ferro nos primeiros dias deste último mês do pequeno porto de Mege ou Kinga, 11 pangaios carregados de centenas de negros amarrados e escravizados»²⁹. Em 1902, na Baía de Sangone, foram aprisionados 10 pangaios e capturados 112 Mujojos dos quais «muitos morreram na Fortaleza de S. Sebastião», para além dos que foram deportados para Angola.

Este comércio executado nos portos, abastecido pelas caravanas provenientes do interior tem, então, como fonte, a rapina das pessoas, à mão armada, para a execução da qual

21 AHM, Governo do Distrito de Quelimane, cx. 21, maço 3, nº 80, do comandante militar de Milange para o governador da Zambézia, 31/01/1896

22 AHM, código 11-420, fls. 20, edital do governador interino de Tete, 21/10/1892

23 AHM, Governo Geral, cx. 51, nº 176, do Governador do Distrito de Moçambique para a Secretaria Geral, 07/04/1899

24 AHM, Governo Geral, cx. 104, maço 3, nº 25, do encarregado do governo de Angoche para o Secretário Geral, 14/02/1890 e 21/02/1890 e nº 113, do governador de Angoche para o Secretário Geral, 19/08/1890

25 AHM, Governo do Distrito de Cabo Delgado, cx. 1, maço 2, nº 58 e cx. 8, nº 8. Governo Geral, cx. 26, maço 2, nº 18, do cônsul inglês em Moçambique para o Governador-Geral, 30/06/1892

26 AHM, Fundo da Administração Civil de Lourenço Marques, secção A, diversos, cx. 3, *Relatório do Comandante da Divisão Naval do Índico enviado ao Cônsul Geral de Portugal em Zanzibar*, 15 de Maio de 1902. *Boletim Oficial de Moçambique*, Suplemento ao nº 18, 1904, acórdão nº 504 da Relação de Moçambique e Suplemento ao nº 20, 1904, acórdão nº 592 da Relação de Moçambique

27 Capela, 2002b:103

28 *Boletim Oficial de Moçambique*, 10 de Maio de 1902, Informação do comandante militar de Moma. *Portugal em África*, nº 137, Maio 1905.

29 *Portugal em África*, nº 137, Maio de 1905

os agentes do tráfico eram sistematicamente abastecidos de pólvora pelos mesmos pan-gaios que, no fim do circuito, carregavam os escravos.

Resumo

Os Europeus, à chegada, em finais do século XV, aos portos do Sudeste Africano, aí se depararam com o negócio de escravos para exportação. Na penetração para o interior deram-se conta de sistemas de cativoiro nas sociedades locais e foram confrontados com a oferta de escravos para aquisição.

Pretende esboçar-se aqui o que foi a articulação dessa realidade com o tráfico sistemático de escravos para o Índico e para o Atlântico.

Se, por um lado, os europeus se valeram dos sistemas de cativoiro pré-existentes para se instalarem nessa parte de África, por outro lado viriam a utilizá-los e às suas sequelas para o abastecimento do tráfico de escravos quando o passaram a dominar.

Circunscrevemo-nos ao espaço que vai do porto de Quíloa, a Norte, até ao porto de Sofala, a Sul, e para o correspondente interior atingindo profundamente terras que hoje fazem parte do Zimbabwe, do Malawi e da Tanzania. Muito particularmente o Vale do Zambeze, onde a colonização portuguesa desenvolveu *The Africanization of a European Institution* (Allen F. Isaacman) através da enfeiteuticação das terras pela Coroa. Assim criando um senhorio local a partir do qual não somente se estabeleceram formações sociais de escravaturas adscriptícias como se organizou um intenso comércio de escravos a partir do interior para os portos de mar.

No auge do tráfico foram igualmente fornecedores dos portos chefaturas antigas que se haviam dedicado ao comércio do ouro e do marfim, como os Chonas e os Maraves, e chefaturas mais recentes, como as dos Ajauas, nas margens do Lago Niassa, constituídas justamente devido ao desenvolvimento do comércio do marfim e dos escravos.

Testemunhas presenciais do comércio de escravos no interior foram A. C. P. Gamitto que o descreve em detalhe. Do mesmo, no porto de Moçambique, o prelado Frei Bartolomeu dos Mártires de cuja investigação nos deixou os resultados. Para finais do século XIX e relativamente aos Ajauas, o cônsul inglês em Moçambique, H. E. O'Neill.

Pirataria em grande escala prevalecente nos primeiros anos do século XX.

Bibliografia

- Alpers, Edward A (1975), *Ivory and Slaves in East Central Africa, Changing Patterns of International Trade to the Later Nineteenth Century*, Heinemann, London
- Barreto, Manuel (1964), *Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama* in George McCall Theal, *Records of South Eastern-Africa*, Cape-Town, 1964
- Capela, José (2002), *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique*, Porto
- Coutinho, João de Azevedo (1941), *Memórias de um Velho Marinheiro e Soldado de África*, Lisboa

- Cunha, Padre Santana Sebastião da (1939), *Antiguidades Históricas da Ilha de Moçambique e do Litoral Fronteiro, desde os tempos da Ocupação*
- Gamitto, António Cândido Pedroso (1859), *Escravidão Na África Oriental*, Archivo Pittoresco, 2, 1859
- Gomes, Padre António. in António da Silva (1967), *Mentalidade missiológica dos Jesuítas em Moçambique antes de 1759: Esboço ideológico a Partir do Núcleo Documental*. 2 vols., Lisboa, 1967, II vol.
- Lopes, Eduardo Correia (1944), *A Escravidão*, Lisboa
- Mártires, Frei Bartolomeo dos (1963), *Memoria Corographica da Provincia de Mossambique na Costa d'África* in Virginia Rau, Aspectos Étnico-Culturais da Ilha de Moçambique em 1822, STUDIA, nº 11, Janeiro
- Merleau, S. J. - R. P (1896), *La Mission du Bas-Zambèze de 1890 a 1895* in «Les Missions Catholiques», XXVIII
- O'Neill, R. N., Her Majesty's Consul at Mozambique (1885), *The Mozambique and Nyassa Slave Trade*, London, British and Foreign Anti-Slavery Society
- Santos, Frei João dos (1999), *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, Introdução de Manuel Lobato, Notas de Manuel Lobato e Eduardo Medeiros, Lisboa
- Silva, António da (1967), *Mentalidade missiológica dos Jesuítas em Moçambique antes de 1759: Esboço ideológico a Partir do Núcleo Documental*. 2 vols., Lisboa, II